

NOTA CONCEITUAL

Semana da Avaliação 2026

*Cultura avaliativa e conhecimentos
plurais para política pública*



26, 27 e 28 de maio

Atividades presenciais e on-line



Embrapa Sede, Brasília

Apoio:



Realização:





CONTEXTO



Contexto

A última década conheceu notáveis esforços de expansão no uso de evidências e no desenvolvimento de práticas avaliativas para análises ex-ante e ex-post em praticamente todas as áreas das políticas públicas, abrangendo desde instituições tradicionais nas temáticas até a criação de setores dedicados na administração federal.

Movimentos normativos como a promulgação do Decreto 10.411/20, que normatiza os critérios e parâmetros para a condução de Análises de Impacto Regulatório (AIR), o Decreto 11.558/23, que reestrutura o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas (CMAP), a Emenda Constitucional 109/2021, que impõe a avaliação e revisão periódica das políticas públicas e o Decreto 12.002/2024, que disciplina a elaboração, alteração e revisão de atos normativos do Executivo Federal com forte foco em análise ex ante, são exemplos de iniciativas para o fortalecimento da cultura avaliativa e da decisão orientada por evidências na Administração Pública.

Além de promover uma normatização gradual e estruturante, o governo federal também se empenhou em estabelecer orientações mínimas para a realização de avaliações ex-ante e ex-post por meio de Guias de Orientação. Esses documentos materializam um ponto de convergência necessário entre as demandas dos tomadores de decisão e o trabalho dos pesquisadores dedicados a esse campo profissional.

Por fim, e ratificando as iniciativas acima, está em fase de elaboração a minuta de decreto que institucionaliza o Sistema Federal de Avaliação de Políticas Públicas, composto pelo MPO e unidades setoriais em monitoramento e avaliação dos órgãos e entidades da administração pública federal. O Sistema possuirá como finalidades, entre outras, a promoção da cultura compartilhada em avaliação e a disseminação do uso de evidências para subsidiar o processo decisório.

Apesar desses avanços institucionais e da maior convergência em torno de critérios mínimos e métodos científicos para a realização de avaliações de alta qualidade, persistem desafios relevantes na implementação prática das avaliações e no uso efetivo de seus resultados no processo decisório. Em muitos casos, avaliações são realizadas de forma pontual ou com alcance limitado, enfrentando dificuldades relacionadas a capacidades institucionais, disponibilidade de dados, articulação entre áreas responsáveis pelo programa, avaliadores e demandantes da avaliação. Como resultado, ainda são frequentes situações em que evidências produzidas e recomendações das avaliações não são plenamente incorporadas no desenho, na revisão ou no aprimoramento de programas e políticas públicas, o que evidencia a necessidade de fortalecer não apenas a produção, mas sobretudo os mecanismos de uso e aprendizagem a partir das avaliações no setor público – o que implica, inclusive, a escolha das formas de se fazer avaliação.

Outros desafios dizem respeito à integração entre diferentes abordagens e métodos avaliativos, à articulação entre evidências científicas e percepções dos tomadores de decisão e ao papel de abordagens participativas na produção de avaliações que sejam, ao mesmo tempo, rigorosas do ponto de vista metodológico e legítimas do ponto de vista social. Também se colocam como questões

estratégicas a incorporação do caráter formativo da avaliação, ampliando sua função para além do julgamento de mérito e promovendo aprendizagem contínua entre equipes e instituições; a adoção da equidade como lente transversal na definição de perguntas, métodos e interpretação de resultados, de modo a reconhecer desigualdades e apoiar decisões mais justas e contextualizadas; e o avanço do uso de tecnologias de inteligência artificial, que abre novas possibilidades para coleta, análise e visualização de dados, mas também impõe desafios relacionados à governança, vieses, transparência e uso responsável dessas ferramentas. Esses elementos passam a integrar a reflexão sobre inovação metodológica no campo, incluindo o equilíbrio entre participação social, legitimidade, rigor científico e pluralidade de conhecimentos.

Diante da constatação de que eventos paralelos sobre monitoramento, avaliação e evidências (Monitoramento, Avaliação e Evidências) vinham ocorrendo de forma pouco articulada, diversos grupos de servidores e instituições públicas federais decidiram unir esforços para criar um espaço comum de diálogo no contexto do governo federal.

Em 09 de abril de 2024, a Fundação Oswaldo Cruz em Brasília (Fiocruz Brasília) juntamente com o Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (DECIT/SCTIE/MS), a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) organizou o evento “Práticas em Avaliação e Evidências para Políticas Públicas”.¹ O objetivo central do evento foi a troca de experiências e compartilhamento de aprendizados entre as quatro instituições.

No mês seguinte, de 21 a 24 de maio de 2024, uma parceria entre a ENAP e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) resultou na “Semana da Avaliação”. O evento, que reuniu profissionais de todos os setores dedicados ao tema de monitoramento e avaliação, trouxe reflexões sobre abordagens, metodologias e casos práticos em avaliação, bem como apresentou debates sobre os 20 anos da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad) do MDS, uma das principais referências no tema no governo federal.²

Ainda em 2024, entre 5 e 6 de novembro, a Fiocruz Brasília e o IPEA contaram novamente com o apoio de DECIT/SCTIE/MS, CNPq, ENAP, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Departamento de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Saúde (DEMAS/MS) para organizar o Seminário “Políticas Públicas Informadas por Evidências: Práticas e Desafios para Monitoramento, Avaliação e Uso de Evidências”. Além de aproximar as comunidades de Políticas Informadas por Evidências (PIE) e de Monitoramento e Avaliação de Políticas, o objetivo central do seminário seguiu como uma tentativa de fornecer um espaço de diálogo para os profissionais que trabalham com monitoramento e avaliação no setor público brasileiro.³

O número de inscritos, participantes e visualizações das transmissões online dos eventos corroborou a percepção das instituições organizadoras sobre o grande interesse pelo tema e a ausência de espaço próprio e regular no setor público para o seu debate.

Observando a ineficiência em manter eventos paralelos e separados sobre a temática de monitoramento, avaliação e evidências, e considerando o objetivo comum de criar um espaço coletivo para o debate, a Fiocruz Brasília, ENAP, Ministério da Saúde, EMBRAPA, IPEA, Sagicad, Fiocruz Mato Grosso do Sul e Secretaria de Monitoramento e Avaliação do Ministério do Planejamento e Orçamento (SMA/

1 <https://www.youtube.com/watch?v=oGMzTJ-pH9E>

2 <https://suap.ena.gov.br/vitrine/curso/2558/>

3 https://www.youtube.com/watch?v=izW1L_QGNwM

MPO) organizaram a “Semana da Avaliação 2025: práticas, conhecimentos e evidências em políticas públicas”.⁴ O evento foi realizado entre 20 e 22 de maio de 2025, na Fiocruz Brasília e transmitido ao vivo nos canais de Fiocruz Brasília e ENAP. Ao longo dos três dias, alcançou-se a marca de mil inscritos e um total de 10 mil visualizações nos canais do Youtube da Fiocruz Brasília e ENAP.

Apesar do avanço normativo e do fortalecimento institucional recente, ainda persiste uma lacuna entre a produção de avaliações e o seu uso efetivo nos processos decisórios. A fragmentação de iniciativas, as assimetrias de capacidade avaliativa e os desafios de articulação entre produtores e usuários de evidências limitam o potencial transformador da avaliação no setor público. Nesse contexto, torna-se estratégico estruturar um espaço permanente de discussão e coordenação interinstitucional que fortaleça as capacidades e a governança das avaliações, promova aprendizagem organizacional e amplie o uso qualificado de evidências no processo de políticas públicas. A experiência acumulada e os resultados das edições anteriores evidenciam o potencial da Semana da Avaliação para se consolidar como um espaço permanente de articulação e intercâmbio entre instituições públicas, pesquisadores e profissionais da área, contribuindo para o fortalecimento da cultura avaliativa e para a ampliação do uso de evidências na gestão pública brasileira.



2.

A SEMANA DA AVALIAÇÃO 2026





A Semana da Avaliação 2026

A edição de 2026 da **Semana da Avaliação** dá continuidade a esse processo de articulação institucional e busca consolidar o evento como um espaço permanente de diálogo, aprendizagem e colaboração entre diferentes atores envolvidos no campo do monitoramento, avaliação e uso de evidências em políticas públicas.

O tema desta edição, “Cultura avaliativa e conhecimentos plurais para políticas públicas”, expressa o reconhecimento de que a avaliação é um campo interdisciplinar, cuja prática se fortalece com a integração de diferentes perspectivas, métodos e formas de conhecimento. Ao reunir gestores públicos, pesquisadores, avaliadores, estudantes e representantes de organizações da sociedade civil, o evento busca fomentar um ambiente de troca que valorize tanto o rigor metodológico quanto a diversidade de experiências e saberes.

Nesse sentido, a Semana da Avaliação 2026 enfatiza o papel da avaliação não apenas como instrumento técnico de análise de políticas públicas, mas também como instrumento de aprendizagem institucional e social, capaz de contribuir para o aprimoramento das políticas e para o fortalecimento da gestão pública.

Além disso, o evento propõe refletir sobre o potencial da avaliação para promover equidade, justiça social e inclusão, reconhecendo que processos avaliativos podem contribuir para tornar políticas públicas mais sensíveis às desigualdades sociais, de gênero e de raça, às diferenças territoriais e às múltiplas realidades vividas pela população.

Ao estimular abordagens participativas, perspectivas interdisciplinares e a valorização da diversidade de conhecimentos – acadêmicos, institucionais, experienciados e tradicionais –, a Semana da Avaliação busca contribuir para o fortalecimento de práticas avaliativas mais inclusivas, reflexivas e socialmente relevantes.

A edição de 2026, que será realizada na sede da Embrapa, em Brasília, reforça o compromisso com a integração entre ciência aplicada, gestão pública e políticas públicas, em um espaço institucional com infraestrutura confortável e áreas que favorecem a cooperação técnica e o fortalecimento de redes interorganizacionais.

3.

OBJETIVOS



3.

Objetivos

Objetivo geral:

Promover a articulação contínua entre pessoas e organizações para fortalecer a institucionalização do monitoramento, da avaliação e do uso de evidências no setor público.

Objetivos específicos:



Estimular a visibilidade e a transparência de iniciativas de monitoramento e avaliação das políticas no setor público brasileiro e de síntese de evidências para informar a tomada de decisão;



Oferecer atividades voltadas ao desenvolvimento de capacidades individuais e institucionais em monitoramento, avaliação e evidências nas instituições públicas brasileiras;



Promover um fórum de diálogo que fortaleça a discussão e a disseminação de temas, métodos e abordagens de Monitoramento, Avaliação e Evidências no setor público, posicionando o evento como referência nacional;



Contribuir para o reconhecimento e a valorização da pluralidade de conhecimentos como formas de aprimorar a prática e o uso de avaliações;



Valorizar a pluralidade de perspectivas no campo da avaliação, estimulando o diálogo entre diferentes abordagens, metodologias e experiências institucionais;



Debater o potencial da avaliação como instrumento para promover equidade, justiça social e inclusão no desenho, na implementação e no aprimoramento de políticas públicas.





4.

RESULTADOS

4.

Resultados Esperados



Estimular o uso do monitoramento e da avaliação como instrumento de gestão e de transparência no setor público;



Disseminar resultados de práticas e aprimoramentos em avaliação entre as instituições do executivo federal, estadual e municipal;



Fomentar o diálogo permanente entre a comunidade de monitoramento e avaliação e de políticas informadas por evidências no setor público;



Promover o reconhecimento da pluralidade de conhecimentos, abordagens e métodos no campo da avaliação, estimulando a troca entre diferentes perspectivas disciplinares, institucionais e experiências práticas no setor público;



Sensibilizar tomadores de decisão para o efetivo uso de evidências e resultados avaliativos para a melhoria das políticas e serviços públicos;



Estimular a incorporação de perspectivas de equidade, justiça social e inclusão em processos avaliativos, contribuindo para que avaliações apoiem decisões públicas mais sensíveis às desigualdades e às diferentes realidades sociais e territoriais;



Incentivar a disseminação de boas práticas e experiências exitosas nacionais e internacionais cujo aprendizado possa ser traduzido face às necessidades do setor público brasileiro;



Ampliar o conhecimento técnico no setor público sobre conceitos, métodos e ferramentas de monitoramento, avaliação e uso de evidências para o aprimoramento de políticas públicas e serviços;



Consolidar a Semana da Avaliação como uma referência no serviço público brasileiro para o tema de monitoramento, avaliação e evidências.



Ampliar redes de colaboração entre servidores, agentes públicos brasileiros e servidores das administrações de outros países, com foco no Sul Global;



5.

TEMAS





Temas Centrais

Eixo 1: Participação e inclusão em processos avaliativos.

Os processos participativos de avaliação como estratégias de mobilização de grupos, comunidades e setores;

Democracia e avaliação no processo de políticas públicas;

Avaliações colaborativas e seu papel na promoção da aprendizagem institucional e do uso dos resultados das avaliações.

Eixo 2: Avaliação como promotora de justiça social e equidade em políticas públicas.

A avaliação centrada em valores como alternativa inclusiva;

A incorporação de perspectivas de gênero, raça e equidade em processos avaliativos;

Abordagens decoloniais em avaliação de políticas e programas.

Eixo 3: Inteligência Artificial em monitoramento e avaliação.

Moderação de processos participativos por IA;

Uso de IA para síntese rápida de evidências;

Aspectos éticos no uso de IA em avaliações.

Eixo 4: Relações federativas no campo de monitoramento e avaliação.

Monitoramento e Avaliação de Políticas e Programas nos estados e municípios;

Desafios da avaliação de políticas e programas em arranjos de implementação descentralizada e coordenação federativa.

Eixo 5: Metodologias e métodos avaliativos

A importância do uso de métodos mistos em avaliações;

Benefícios e prejuízos da padronização de metodologias avaliativas;

Avaliação baseada na teoria do programa: como teorias de mudança e da ação fortalecem desenhos avaliativos;

Sínteses de avaliações, meta-análises e revisões sistemáticas para orientar decisões avaliativas;

Avanços em métodos quantitativos e de inferência causal na avaliação de políticas públicas;

Ciência de dados, grandes bases administrativas e novas abordagens analíticas na avaliação de políticas públicas;

Meta-avaliação: avaliando o desenho e a qualidade da avaliação.

Eixo 6: Desenvolvimento capacidades em monitoramento, avaliação e evidências

Identificação de competências individuais e organizacionais em Monitoramento, Avaliação e Evidências;

Desenvolvimento de trilhas de aprendizagem e métodos de ensino;

Aprendizagem baseada em problemas em Monitoramento e Avaliação.

Eixo 7: Avaliação como instrumento de aprendizagem organizacional

Avaliações transformadoras;

Avaliação como instrumento de gestão;

Teoria do programa e aprendizagem em avaliações de políticas públicas: modelo lógico, mapa de processos e resultados (MaPR), análise de contexto, institucional, político e ideacional (CIPI) e outras ferramentas;

Accountability versus Aprendizagem: a relação entre avaliação e auditoria no setor público.



6.

PÚBLICO ALVO



Público-Alvo

- **Servidores e agentes públicos públicos federais, estaduais e municipais;**
- **Lideranças em instituições públicas em nível federal, estadual e municipal;**
- **Pesquisadores e gestores em políticas públicas, monitoramento, avaliação e evidências;**
- **Estudantes;**
- **Representantes de institutos e organizações de pesquisa aplicada, de avaliação e de tradução do conhecimento;**
- **Organizações da sociedade civil.**



7

●

METODOLOGIA



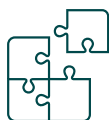
Metodologias de Exposição



Palestras: momentos expositivos compostos por mesas de até três pessoas e com apresentações individuais de média duração – máximo 30 minutos. Há espaço para inclusão de perguntas do público presente e online;



Mesas Redondas: compostas por moderador, debatedor e até quatro participantes. Não há exposição individual, mas sucessivas rodadas de perguntas previamente selecionadas feitas a cada um dos participantes, seguidas de comentários pelo debatedor. Há espaço para inclusão de perguntas do público presente e online;



Oficinas de formação: oportunidades formativas em temas ou técnicas no campo de monitoramento e avaliação, preferencialmente presenciais e com até 40 pessoas.



Rodas de conversa: compostas por moderador e até quatro integrantes. As posições dos integrantes não são fixas, sendo até duas cadeiras abertas para participação e rotatividade pelo público inscrito. A conversa entre todos os integrantes se dá a partir de desafios previamente selecionados pela curadoria do evento;



Meet-and-greet: oportunidade de apresentação executiva entre grupos de avaliadores de política e tomadores de decisão responsáveis pela política avaliada. Trata-se de uma reunião de alto nível e a portas fechadas para a apresentação de resultados avaliativos aos tomadores de decisão, sendo estimulada a apresentação de perguntas de interesse dos decisores aos responsáveis pela apresentação de resultados avaliativos de uma política;



“Qual é o seu problema?”: apresentações rápidas - máximo 05 min - de demandas e problemas avaliativos de instituições do setor público federal, estadual e municipal. As apresentações são gravadas previamente e escolhidas pelo comitê organizador do evento;



Miniaulas: momentos expositivos compostos por mesas de até duas pessoas e com apresentações individuais de longa duração – máximo 90 min. Há espaço para inclusão de perguntas do público presente.

Informações Gerais

Data:

26 a 28 maio de 2026

Local:

[EMBRAPA - Sede Brasília](#)

Organizadores:

EMBRAPA, ENAP, Fiocruz Brasília, IPEA, Sagicad/MDS, DECIT/MS, Segape/MEC, SMA/MPO

Apoiadores:

Banco Interamericano de Desenvolvimento

